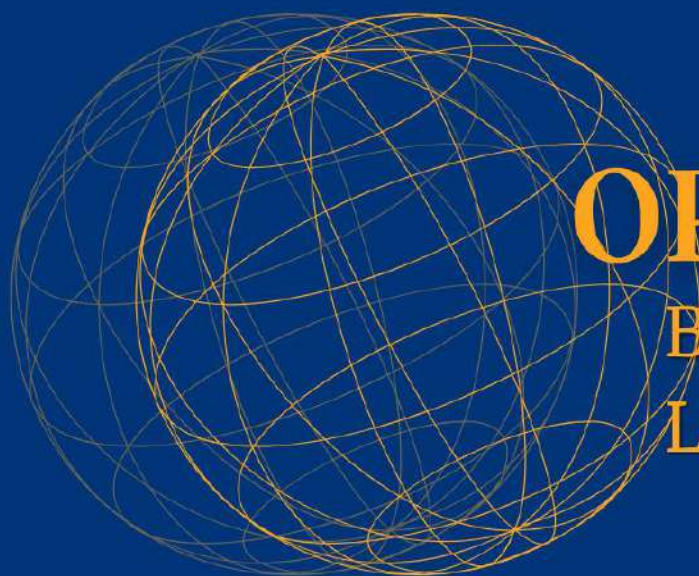




ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 8
JANEIRO-ABRIL/2025
ISSN: 2965-2235

Leonel Brizola e as “linhas de fuga” na Política Externa Brasileira

Danillo Avellar Bragança*

A historiografia clássica da Política Externa Brasileira (PEB) costuma gravitar em torno da solidez institucional do Itamaraty, apresentando-a como uma política de Estado caracterizada pela continuidade, pelo pragmatismo e por uma busca incremental de prestígio no sistema internacional. Sob essa ótica, a diplomacia brasileira é vista como uma máquina técnica e coesa, capaz de navegar por regimes distintos mantendo uma espinha dorsal de princípios universais. No entanto, o que ocorre quando o horizonte de análise se desloca para atores que operaram fora dessa gramática burocrática?

Surge, então, a necessidade de investigar as chamadas "linhas de fuga" no pensamento de política externa, trajetórias que rompem com a linearidade administrativa para propor rupturas qualitativas no posicionamento do Brasil perante o mundo. É nesse hiato entre a tradição burocrática e a ousadia política que a figura de Leonel Brizola se impõe como um objeto de estudo ainda subestimado e carente de uma exegese mais profunda.

Como um líder que via na política externa o prolongamento da soberania interna, Brizola mobilizou categorias de confronto que a diplomacia profissional, por dever de ofício, frequentemente buscava suavizar. Quais eram as reais fronteiras entre seu projeto de libertação nacional e a viabilidade institucional do Estado brasileiro? Persistem sombras sobre como esse pensamento, muitas vezes rotulado de populista, antecipou dilemas contemporâneos sobre soberania digital, financeira e energética.

Explorar o legado de Brizola sob a ótica das Relações Internacionais exige reconhecer que há um campo vasto e fértil a ser cumprido na historiografia brasileira. Trata-se de compreender como uma liderança política pode atuar como um vetor de dissidência, forçando o sistema a lidar com o que Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* denominariam como desterritorializações da política tradicional. O brizolismo operou em uma frequência distinta, onde o anti-imperialismo não era um adorno ideológico, mas o fundamento de uma inserção internacional que se pretendia ativa em sua essência mais visceral.

O caso da *International Telephone and Telegraph*

O nacionalismo de libertação em Leonel Brizola não deve ser compreendido como um fenômeno de introspecção paroquial, mas como um vetor de projeção externa que desafiava a hierarquia do sistema internacional. Para Brizola, a fronteira entre o local e o global era porosa; um ato administrativo em Porto Alegre poderia, por desígnio ou consequência, reverberar nos salões do Departamento de Estado em Washington. Essa percepção transformava a gestão pública em um campo de batalha geopolítico. O ápice dessa postura materializou-se na encampação da *International Telephone and Telegraph* (ITT), em 1962. Longe de ser um mero capricho expropriatório de um governador de província, o episódio configurou-se como uma colisão diplomática de proporções hemisféricas.

Este evento forçou o governo de João Goulart a uma encruzilhada diplomática sem precedentes, tensionando a relação com a administração Kennedy e sua "Aliança para o Progresso". O episódio da ITT funcionou como um catalisador que expôs as vísceras da dependência. Enquanto o Itamaraty tentava mediar o conflito através de compensações financeiras e protocolos de etiqueta, Brizola operava em uma frequência de ruptura (BRIGAGÃO e TRAJANO, 2015). Ele obrigou o governo federal a renegociar a posição brasileira sob o peso da retaliação iminente do Congresso dos EUA, que respondeu com a Emenda Hickenlooper.

O que estava em jogo não era apenas o valor de fios e postes, mas a capacidade de um Estado periférico exercer soberania sobre o capital estrangeiro. Seria possível um desenvolvimento autônomo sem confrontar as estruturas de poder que protegiam tais investimentos?

A sustentação intelectual desse confronto residia no conceito de "perdas internacionais", uma tese que Brizola defendia com a tenacidade de quem enxerga uma hemorragia invisível na economia nacional. Para ele, o subdesenvolvimento não era uma etapa natural do atraso, mas o resultado direto da drenagem sistemática de capital através da remessa de lucros. A política externa, portanto, deixava de ser um exercício de diplomacia de salão para se tornar a defesa das fronteiras econômicas contra o que ele denominava "espoliação". Essa visão transformava as empresas transnacionais em agentes de uma política externa paralela, que operavam para descapitalizar a nação. A proposta era radical em sua simplicidade: a verdadeira independência exigia estancar esse fluxo.

Brizola via o sistema financeiro internacional como uma estrutura de agiotagem

que perpetuava a pobreza brasileira. Sob essa ótica, cada dólar enviado ao exterior como lucro ou juro da dívida representava uma escola a menos ou um hospital fechado no interior do país. A política externa brizolista era, essencialmente, uma política de segurança econômica nacional. Ela pressupunha que a diplomacia deveria servir para proteger o excedente gerado internamente, garantindo que ele fosse reinvestido no cidadão brasileiro. Como separar a retórica inflamada da realidade de um mundo que já caminhava para a globalização produtiva? A linha de fuga brizolista propunha que o Brasil só seria um ator respeitado se fosse, antes de tudo, dono de sua própria infraestrutura e de seu destino financeiro.

O horizonte externo de Leonel Brizola expandiu-se de forma decisiva durante os anos de chumbo, transformando o exílio não em um período de silenciamento, mas em um laboratório de articulação transnacional. Ao ser expelido da geografia brasileira, ele passou a habitar a geografia das ideias dissidentes, costurando uma rede de resistência que buscava uma "terceira via" autêntica para o desenvolvimento. Brizola recusava-se a aceitar o mundo como um tabuleiro binário. Para ele, o liberalismo de Washington era uma forma de asfixia econômica, enquanto o dogmatismo soviético representava uma asfixia das liberdades civis. Foi nessa fenda que ele encontrou abrigo e interlocução na Internacional Socialista, aproximando-se de figuras como Willy Brandt e Mário Soares. Essa conexão europeia não era uma rendição ao eurocentrismo, mas um movimento tático para legitimar o trabalhismo brasileiro como uma força democrática e soberana perante a opinião pública mundial.

Solidariedade radical

Essa resistência à bipolaridade permitiu que Brizola formulasse uma política de solidarismo latino-americano que transcendia o comércio e alcançava a cultura. Ele compreendia que a fragmentação do continente era a maior vitória do imperialismo. No Uruguai ou nos Estados Unidos, sua liderança política atuava como um polo de gravidade para exilados de todo o Cone Sul, consolidando a percepção de que a libertação de uma nação vizinha era condição *sine qua non* para a liberdade do Brasil.

Não se tratava apenas de diplomacia entre governos, mas de uma diplomacia entre povos e movimentos sociais. Brizola antecipava uma integração regional que não nasceria dos protocolos burocráticos de livre mercado, mas da identidade comum de resistência à espoliação.

Uma abordagem pouco explorada, mas fundamental para compreender a profundidade desse solidarismo, reside na sua conexão mística e estratégica com o Sul Global, especialmente na defesa da autodeterminação de Cuba e dos movimentos de descolonização africanos. Há um fato frequentemente obscurecido pela análise puramente institucional: a sua tentativa de construir uma "ponte de civilização" com as jovens nações africanas. Brizola não via a África apenas como um mercado consumidor ou um bloco de votos na ONU, mas como o berço da subjetividade brasileira. Ele entendia que a política externa deveria ser o instrumento de um reencontro histórico, onde a cooperação técnica e cultural com Angola e Moçambique serviria como o pilar de uma nova geopolítica da dignidade humana.

Essa defesa da autodeterminação era, para Brizola, tanto um imperativo moral quanto um cálculo estratégico de sobrevivência. Ao apoiar a soberania de Cuba frente ao bloqueio, ele não estava necessariamente endossando o modelo de partido único, mas defendendo o direito sagrado de uma nação de decidir seu próprio sistema sem interferências externas. Essa postura antecipava, em décadas, o que viria a ser a cooperação Sul-Sul contemporânea.

O brizolismo propunha um mundo policêntrico, onde a periferia do sistema poderia negociar em bloco para diluir o poder das metrópoles. Compreender essa dimensão é perceber que Brizola não era apenas um político local, mas um estrategista que tentou redesenhar as coordenadas do possível para o Brasil. Restamos perguntar: quanto da nossa atual incapacidade de liderar o Sul Global decorre do esquecimento dessas lições de solidariedade radical?

O embate entre Leonel Brizola e a tradição do Itamaraty não deve ser lido como uma mera disputa paroquial, mas como o choque frontal entre duas ontologias da presença brasileira no mundo. De um lado, a tradição institucional ancorada na continuidade burocrática e na busca por reconhecimento dentro das normas estabelecidas; de outro, a solidariedade radical, que operava sob a premissa de que a inserção internacional do Brasil só teria sentido se servisse para romper as cadeias da dependência. Enquanto o corpo diplomático privilegiava o rito, a previsibilidade e o ajuste fino com as potências hegemônicas para garantir espaços de manobra, Brizola introduzia a fricção e o dissenso como ferramentas de afirmação nacional.

Essa tensão revelava uma clivagem profunda: para a instituição, a política externa era um ativo de Estado a ser preservado; para Brizola, era um instrumento

de combate a ser mobilizado. Essa divergência materializava-se na gestão dos riscos nacionais. A diplomacia profissional, muitas vezes, via nas ações de Brizola — como as encampações de empresas estrangeiras ou as críticas ferozes ao sistema financeiro — um perigo à reputação de "bom pagador" e parceiro confiável que o país buscava projetar. Na perspectiva brizolista, entretanto, essa confiança internacional era frequentemente comprada ao custo da miséria interna e da abdicação da soberania. Ele questionava o próprio conceito de prestígio. Brizola forçava o Itamaraty a encarar a face política e, por vezes, brutal das relações econômicas, retirando a política externa do isolamento técnico das chancelarias e jogando-a no centro do debate sobre o destino das massas.

Contudo, uma análise rigorosa exige confrontar o voluntarismo político que permeava as "linhas de fuga" brizolistas. Se sua retórica era intelectualmente honesta ao denunciar as assimetrias globais, sua exequibilidade esbarrava em fragilidades estruturais severas. O custo do confronto direto impunha dilemas que o projeto brizolista nem sempre conseguia resolver no campo prático. O risco de uma "soberania isolada" era a inviabilização do próprio desenvolvimento que se pretendia proteger. A história das relações internacionais demonstra que rupturas radicais, sem uma base produtiva e financeira capaz de suportar o choque, podem resultar em retrocessos sociais que anulam os ganhos da autonomia decisória.

Dessa forma, questiona-se a sustentabilidade dessas linhas de fuga dentro de uma ordem global cada vez mais interconectada e punitiva com dissidências periféricas. O voluntarismo de Brizola, embora essencial para desmascarar a complacência das elites, por vezes subestimava a capacidade de retaliação do sistema financeiro internacional, que opera sob uma lógica de punição coletiva. O projeto de desenvolvimento de longo prazo, no brizolismo, equilibrava-se na corda bamba entre a dignidade nacional e a asfixia externa. No entanto, é precisamente nessa instabilidade que reside o valor acadêmico de sua trajetória: ela nos obriga a perguntar se o preço da integração "harmoniosa" não é, em última instância, a própria renúncia a um projeto nacional autêntico. A crítica brizolista permanece, assim, como um lembrete incômodo de que a eficácia administrativa não pode ser o único parâmetro de uma nação que ainda busca o seu lugar ao sol.

Conclusão

As linhas de fuga traçadas por Leonel Brizola consolidaram-se como uma das mais contundentes alternativas teóricas ao pragmatismo tradicional da política

externa brasileira, deslocando o eixo do prestígio diplomático para o imperativo da soberania popular. Ao contrário das fórmulas institucionais que buscavam acomodação nas frestas das hegemonias, o pensamento brizolista, conforme documentado em suas reflexões e embates históricos, postulava que a inserção internacional do Brasil deveria ser o reflexo de um projeto de libertação interna. Suas teses sobre as perdas internacionais e a resistência à espoliação financeira não eram meros expedientes retóricos, mas sim ferramentas de uma Economia Política voltada à proteção das riquezas nacionais. Como aponta a análise de Brigagão e Ribeiro (2015), essa trajetória reafirmou o papel do Estado como escudo contra as assimetrias do sistema global, priorizando a autonomia decisória e o controle de setores estratégicos como precondições para qualquer diálogo ativo no cenário mundial.

Em última análise, o legado de Brizola na política externa revela um campo historiográfico ainda em disputa, que desafia a suposta neutralidade técnica da diplomacia de carreira. Sua capacidade de articular redes de solidariedade no Sul Global e sua aproximação com a Internacional Socialista durante o exílio demonstram que a "terceira via" brizolista era, essencialmente, uma busca por um policentrismo democrático.

Ao centrar sua visão na soberania, Brizola ofereceu uma resposta crítica à interdependência asfixiante, legando à posteridade a provocação de que o desenvolvimento nacional é indissociável de uma postura externa confrontacionista quando os interesses do povo estão em xeque. Assim, suas linhas de fuga permanecem como um subsolo conceitual vibrante, oferecendo coordenadas para que o Brasil contemporâneo possa repensar sua autonomia frente às novas e sofisticadas formas de dependência do século XXI.

Referências:

BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.

BRIZOLA, Leonel. **Tijolaço**. Rio de Janeiro, Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, 1999.

_____. **Aos Povos do Mundo: a luta pela legalidade**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatórios de Gestão e Correspondência Diplomática (1961-1964)**. Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A força do povo:** Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj/CPDOC, 2008.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

SANTOS, Theotonio dos. **A Teoria da Dependência:** balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br